

Brasil não aceita menos dólares dos bancos

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, afirmou ontem que o Brasil só assinará o contrato do empréstimo-jumbo com os bancos internacionais quando tiver os US\$ 6,5 bilhões pretendidos.

Uma fonte qualificada do Ministério do Planejamento (Seplan) reiterou também a disposição do governo de firmar os contratos apenas quando tiverem sido completados os US\$ 6,5 bilhões, "o que deverá ocorrer a qualquer momento".

Pastore informou que faltam ainda US\$ 150 milhões para o fechamento do jumbo e garantiu não estar prevista nenhuma operação especial para suprir possíveis insuficiências do empréstimo.

A fonte da Seplan descartou a possibilidade de os bancos líderes da operação completarem os US\$ 150 ou cem milhões que restarem, afirmando não se tratar de nenhum impedimento legal mas da convicção da necessidade de participação do maior número possível de bancos de pequeno e médio portes, como havia antes sido definido.

O presidente do BC afirmou também que não há ainda uma data precisa para a assinatura do jumbo, referente ao projeto 2 de renegociação da dívida externa, mas disse acreditar que o empréstimo possa ser assinado entre os dias 15 e 18 deste mês. Com relação aos US\$ 2,5 bilhões da dívida, que envolvem compromissos de governo a governo, Pastore informou que o Brasil já obteve o comprometimento de vários países, como a Inglaterra, Japão e o Eximbank norte-americano. Para o fechamento das negociações em torno desses créditos governamentais, entretanto, falta ainda a formalização de detalhes, que está sendo conduzida pelo Ministério da Fazenda, observou Pastore.

Ele confirmou a obtenção, na sexta-feira, de mais US\$ 50 milhões em adesões ao jumbo e frisou que, como o governo tem compromissos verbais que asseguram mais US\$ 50 milhões, pode-se considerar, extra-oficialmente, que a parte restante para o fechamento dos US\$ 6,5 bilhões é de apenas US\$ 100 milhões.

O presidente do BC disse que o governo não pensa mais em realizar uma operação window dressing para poder atingir os US\$ 6,5 bilhões antes de assinar o jumbo. De acordo com o critério dessa operação, os bancos líderes do empréstimo se reuniriam numa espécie de rateio para obter o volume total do jumbo e permitir a assinatura do contrato. Posteriormente, com a adesão dos pequenos bancos, os dólares seriam repostos aos cofres das instituições de maior porte que compõem o Comitê de Renegociação da Dívida Externa Brasileira.

De qualquer modo, os ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvão, da Fazenda,

mais o presidente do Banco Central seguirão no final da semana para Nova York, esperando assinar segunda-feira os contratos do jumbo.

Delfim poderá estender a viagem a Washington para reunir-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, se não encontrá-lo em Nova York.

Os EUA e a dívida

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Asencio, afirmou ontem em Brasília, após audiência com o ministro do Planejamento, não ver possibilidade para a negociação da dívida externa brasileira diretamente de governo para governo, "pelo menos até que um gênio descubra a fórmula para isso".

Asencio disse que esteve com Delfim "para rever um velho amigo" mas considerou que o governo brasileiro deve tratar dos problemas de sua dívida externa diretamente com os bancos credores, pois eles são privados "e o governo não pode exercer controle sobre eles".

— A negociação de governo a governo é uma teoria interessante, mas não tenho visto a maneira de concretizar. A gente procura fórmulas novas. É fácil imaginar, mas difícil de fazer.

O embaixador norte-americano acha, porém, que o Brasil tem conseguido superar relativamente bem os problemas com a administração de sua dívida externa:

— A equipe brasileira tem conseguido fazer boas negociações. Mas tenho de admitir que sou um otimista.

Sobre os acordos de relacionamento Brasil/Estados Unidos que estão sendo negociados com o Departamento de Estado norte-americano, Asencio limitou-se a dizer que eles só serão concluídos com a presença, no Brasil, do secretário George Shultz, num futuro próximo, mas sem data marcada.

Asencio, que fez ontem também uma visita ao ministro da Fazenda, disse à saída que se encontrará hoje, em Brasília, com nove empresários de firmas norte-americanas em São Paulo para discutir as "glórias e penas" da questão de investimentos no País.

Sobre a visita a Galvão, o embaixador disse que discutiram tudo, "um panorama geral sobre o Brasil". A respeito de um novo empréstimo de emergência do Tesouro norte-americano para o Brasil pagar compromissos em atraso, Asencio retrucou que isso não parece necessário a esta altura, já que o empréstimo-jumbo está bem perto de ser fechado.

O embaixador disse não saber se, depois de equacionado o problema da dívida externa, o País poderá contar com mais investimentos norte-americanos. Rindo, disse que comentou com Galvão sobre a dívida externa, mas que não entrou em detalhes.

Investidores aconselhados a desistirem do nosso mercado

Os investidores estrangeiros devem evitar negócios com o Brasil. Essa advertência é do Business Environment Risk Information (Beri), uma entidade da Califórnia que, na síntese de um levantamento efetuado em 40 países, recomenda que não se faça "nenhuma transação" com o Brasil.

O documento, elaborado com a ajuda de vários institutos especializados, contém recomendações destinadas a empresários e investidores, formulados em linguagem direta que estão sujeitas a eventuais modificações, já que "foram feitas a partir de previsões que, por definição, não são infalíveis".

O Beri dá ao Brasil uma nota global de risco, em cinco anos, de 105 pontos de um total de 300. E faz, enfático a seguinte recomendação: "Nenhuma transação".

— Os novos empréstimos — diz a análise — somente permitiram pagar os juros da dívida, que entretanto continua crescendo sem que o País mostre condições de assegurar seu pagamento. As previsões de desordens sociais se verificaram e o

futuro do País estará nas mãos da extrema-direita militar ultra-conservadora.

Segundo a análise, "o intento de conseguir a paz interna através das boas disposições do FMI e dos bancos estrangeiros se evapora rapidamente. O povo brasileiro perde sua confiança e seu otimismo tradicionais".

Outra entidade especializada em previsões econômicas, a Nord-Sud Exporte, de Paris, também acha que os riscos para os investidores estrangeiros são elevados no Brasil. Ela afirma que, ao final de 83, o Brasil viu-se defronte a um "desafio terrível: a obrigação de aplicar uma rigorosa política de deflação a uma economia já em recessão".

"Se o Brasil tem ativos indiscutíveis, tem também um passivo muito pesado. Da capacidade do Brasil resolver essa equação — um ajuste econômico de um país continuamente submetido a pressões internas e externas — dependerá o futuro da economia", sustenta o instituto.

